



INQUIETAR E DECOLONIZAR O DIGITAL

Uma entrevista com Sahana Udupa

Carolina Parreiras

Universidade de São Paulo

Departamento de Antropologia, Laboratório Etnográfico de Estudos Tecnológicos e Digitais | São Paulo, Brasil
carolparreiras@gmail.com | ORCID iD: 0000-0001-9741-4776

Falar do trabalho de Sahana Udupa é desafiador, assim como são desafiadoras e inovadoras suas ideias. Ainda pouco conhecida no Brasil, a antropóloga indiana e professora da LMU Munich, é uma das mais importantes representantes da perspectiva decolonial aplicada ao digital.

Nesta entrevista, realizada em abril de 2024, falamos sobre questões que atravessam seu trabalho, mas que representam preocupações urgentes e não apenas teóricas, como é o caso de sua proposição sobre “discurso extremo” ou suas análises, baseadas em materiais de pesquisa de campo realizada em diferentes países (entre eles, o Brasil), sobre as formas de atuação das direitas e extremas-direitas mundo afora. Muito que a leitura da entrevista trará diz respeito a discussões políticas mais amplas, em um momento em que a internet e os artefatos tecnológicos aparecem não apenas como mediadores de nossas relações, mas como lugares que habitamos e onde existimos.

Conheci o trabalho de Sahana ao buscar referências sobre desinformação e violência digital. Foi assim que cheguei ao seu livro *Digital Hate*, organizado em parceria com Iginio Gagliardone e Peter Hervik, no qual é proposto o conceito de *extreme speech* (traduzido na entrevista como discurso extremo). Frente à insuficiência teórica do conceito de discurso de ódio, discurso extremo quer dar conta das realidades digitais marcadas pelos processos de violência, ódio, desinformação, *fake news*, ou como Sahana Udupa enuncia, refere-se a todo o conteúdo “vitriólico” (ácido, sulfúrico) que encontramos online.

Para além desta temática, creio que seu trabalho tem muito a nos provocar em relação às formas de fazer pesquisas que envolvam o digital, que não devem nunca deixar de lado uma postura crítica, inquieta e questionadora. Mas que também levem em conta a imaginação de



outros futuros possíveis, para além de algoritmos discriminatórios, ódio e violência. É um pouco de tudo isso que será encontrado nesta entrevista.

Agradeço imensamente à Sahana pela generosidade de aceitar esta conversa, bem como pela parceria e pelos comentários sempre desafiadores à minha pesquisa.

Carolina Parreiras (CP): Sahana, ao ler seu trabalho, a ideia de colonialidade é central e é o modo como você propõe compreender o digital e as relações que o compõem. Neste sentido, o que significa realizar um trabalho decolonial no campo dos Internet Studies?

Sahana Udupa (SU): Quando comecei a pesquisar trocas agressivas, abusivas e vitriólicas nas mídias sociais, e que é muito comum nas mídias sociais, você vê esses comentários rudes o tempo todo. Quando comecei a pesquisar isto, notei que havia duas grandes explicações para esse fenômeno. Uma grande parte da literatura estava culpando as redes de comunicação digital pelo que consideravam uma crise repentina nas culturas públicas em torno do discurso. A suposição era de que o digital liberou as energias mais primitivas da humanidade. Essa era uma explicação. Outra explicação comum era em relação à ascensão de novos líderes populistas de direita que conseguiram contornar com sucesso a mediação dos meios de comunicação tradicionais. Esse contorno foi crítico para estes líderes populistas. Por muito tempo a mídia tradicional era muito crítica à política da extrema direita e eles não poderiam ter expressado suas ideologias na mídia *mainstream*. Então eles produziram sua própria mídia. Eles começaram a construir novas audiências e a aumentar afinidades emocionais com esse público através do uso das mídias sociais. Portanto, para as audiências das mídias sociais, os líderes populistas se tornaram as novas celebridades. Quando olhamos para os discursos da direita e conversas que expressam seu ódio nas mídias sociais, estas são as duas explicações mais comuns para o surgimento desse tipo de discurso. Uma é sobre como a comunicação digital desencadeou uma crise repentina nas culturas públicas de discurso. E a segunda explicação é sobre estes líderes populistas que são, de algum modo, muito engenhosos e usaram de forma inteligente estas novas redes para construir sua audiência. E, é claro, ambas as explicações têm um grão de verdade, mas eu acho que elas dizem pouco sobre o que está em jogo. E eu acreditava que este problema particular tinha que ser analisado de diferentes maneiras.

A preocupação imediata para mim era com relação a essa contemplação da elite liberal, quase uma agonia, sobre as mídias sociais de hoje. Por exemplo, quando eu falei com uma jornalista, ela disse que a revolução digital havia dizimado os ganhos da Revolução Francesa. Você vê esse tipo liberal de angústia sobre a comunicação digital. Foi quando comecei a pensar sobre padrões históricos mais duradouros que impactam as redes digitais de hoje e que é algo que as análises liberais tendem a ilustrar ou glorificar completamente. Portanto, há este apagamento intencional ou por vezes negligente destas histórias, e uma tendência a ver este momento atual como uma espécie de aberração abrupta. Ei, por que isto está acontecendo? Provavelmente é porque a mídia social matou nossos gloriosos sistemas de mídia objetiva, neutra e por aí vai. Esta é a contemplação liberal. E é claro, os valores do jornalismo profissional estão sob ameaça e isso precisa ser levado a sério. Mas este problema não pode ser examinado a partir de uma nostalgia liberal que também posiciona o centro racional, o autoentendimento do Ocidente, em oposição à periferia irracional, a representação do não-ocidental. Então, para mim, o desafio era romper com esse tipo de pensamento e as explicações possíveis para a chamada

crise na comunicação digital, pela qual queremos dizer discurso de ódio, desinformação e daí em diante. Não como um desenvolvimento repentino que poderia ser totalmente atribuído às redes de mídia digital ou apenas às corporações, mas buscar por um enquadramento mais abrangente que possa seriamente levar em conta histórias duradouras de subjugação e algo que nos ajude a entender diferentes estruturas de poder que se misturam e trabalham de forma conjunta. É nessa chave que penso que a decolonialidade, como um conceito crítico, se torna importante. Em primeiro lugar, este conceito nos permite complicar e desafiar leituras presentistas, liberais e tecnocêntricas do digital. No livro “Digital Unsettling”, que eu escrevi com Gabriel Dattatreyan, nós damos um conjunto de exemplos: ataques da direita a acadêmicos e vozes progressistas, a explosão de uma linguagem racista, anti-imigrante e misógina nas mídias sociais e as ambições dos capitalistas do Vale do Silício de nos capturar como dados. A partir de todos esses exemplos, mostramos como os ambientes digitais hoje estão reforçando novas relações coloniais, e avaliamos o digital na sua relação com a violência colonial. Nós também integramos na nossa análise como a internet está entrelaçada com convites persistentes pela decolonização. Isso também está acontecendo ao redor do mundo: movimentos de decolonização que sacudiram os campus das universidades desde a África do Sul passando pelos Estados Unidos até o Reino Unido. E também vemos lutas em torno da paridade epistêmica, da justiça citacional na academia e dos movimentos de gênero. Muito disso está ligado às lutas materiais concretas e por isso decolonialidade como conceito nos ajuda a entender esta tensão com o digital. Por um lado, o digital está perpetuando estruturas coloniais. Por outro, ele também abre novos caminhos para resistir a estas estruturas históricas de subjugação. Assim, um último ponto em resposta à sua questão sobre decolonialidade: devemos também notar que o conceito de decolonização é instrumentalizado hoje em reivindicações nacionalistas e projetos xenofóbicos. Vemos isso acontecer em vários contextos do Sul Global, como na África do Sul e Índia. De vez em quando, esses termos também ajudam na retórica das campanhas eleitorais. Também é instrumentalizado para as eleições e em uma espécie de autoimaginação nacional que se opõem ao Ocidente. Assim, olhamos para todas essas diferentes maneiras pela qual a decolonialidade, e a decolonização tem sido instrumentalizada. No livro, lidamos com estas situações também. Não podem ser muito inocentes sobre isso. Precisamos entender como a decolonialidade é utilizada de forma diferente para diferentes finalidades. Esse é também um tema na moda na academia. Muita gente utiliza o conceito. É importante, portanto, que nos engajemos reflexivamente com nossas próprias posicionalidades, fazendo perguntas sobre por que e como estamos invocando a decolonialidade.

CP: Ainda de acordo com esta lógica, um dos argumentos que você defende é que precisamos associar o digital com a história de violência da colonialidade. Como você sugere que façamos isto? Quais são os desafios?

SU: Sim, como um conceito histórico e analítico crítico, acho que decolonialidade nos ajuda a localizar o digital no devir mais duradouro da colonialidade. É precisamente por isto que eu disse que precisamos fugir dessa leitura presenteísta do digital, porque o digital também possui estes padrões duradouros de exploração, subjugação e as inflexões da história no presente. Essa é a principal conclusão da sensibilidade decolonial. Há uma ótima literatura de onde se partir, como a literatura pós-colonial de Edward Said, Gayatri Spivak, Dipesh Chakrabarty, apenas para nomear alguns autores, até pensadoras contemporâneas decoloniais. E na sua própria região

existe uma florescente literatura decolonial. Há um espaço vibrante de podcasts, projetos multimodais etc. Então, olhando para as mídias sociais de hoje, propus que a colonialidade deva ser vista como um conjunto de relações interligadas. E essas relações são cada vez mais perpetuadas por meio das infraestruturas afetivas do digital. Este é um processo global. E estas relações se desenvolvem de forma tanto interna quanto externa às forças dos diferentes contextos sociais. E elas se desdobram ao longo de três eixos interligados. O primeiro eixo diz respeito às relações de Estado-nação estabelecidas pelo poder colonial que enquadram as fronteiras da minoria, da maioria, do interior e do exterior. É a lógica de que existe alguém que pertence à nação ou que não pertence. Uma é a minoria, uma está na maioria. Esta é a relação do estado-nação e isso começou com o poder colonial. E o segundo conjunto de relações são as relações de mercado institucionalizadas pelo poder colonial, agora manifestadas como relações desiguais de dados. O terceiro seria as relações raciais que foram naturalizadas pelo poder colonial e que posicionam as pessoas como descartáveis e objetos de ódio. Assim, podemos entender a colonialidade como o conjunto destas três relações interligadas. E essa é uma forma de analisar o digital, usando a decolonialidade como quadro analítico. Acho que um bom exemplo aqui seria o discurso extremo online, sobre o qual falarei mais adiante nesta entrevista. Mas outro exemplo relacionado a isso é a moderação corporativa de conteúdo. Há uma grande desigualdade na alocação de recursos corporativos para moderação de conteúdo nas diferentes geografias e comunidades linguísticas. No caso dos Facebook Papers na mídia ocidental, essa foi a controvérsia quando houve uma denúncia sobre os mecanismos pelos quais o Facebook decide sobre diferentes tipos de conteúdo. E esse episódio passou a ser chamado de Facebook Papers na mídia ocidental. Com base nestes documentos vazados, o New York Times noticiou que, e estou citando-os, 87% do orçamento global do Facebook foi gasto na classificação de informações falsas dentro dos Estados Unidos, e apenas 13% foram revertidos para o resto do mundo. Isso a despeito de os usuários norte-americanos representem apenas 10% dos usuários ativos diariamente nesta rede social. Então você vê essa discrepância? Apenas 13% são alocados para o resto do mundo, embora eles não representem uma grande porcentagem de sua base de usuários. Na notícia, é claro, o porta-voz da empresa afirmou que esses números estão incompletos porque não incluem os parceiros de verificação de fatos terceirizados da empresa, e a maioria deles está fora dos Estados Unidos. Mas a própria falta de transparência em torno desta alocação de recursos corporativos e destes acordos em torno de parceiros terceirizados nos diz algo sobre as estruturas distorcidas de moderação de conteúdo que as empresas globais de mídia social instituíram. E este é só um exemplo. Você pode ver isso no descarte de lixo eletrônico. Essa desigualdade está presente na forma pelo qual o trabalho de diferentes criadores de conteúdo é explorado. Assim, estas disparidades atestam para o que Denise Ferreira da Silva descreve como a espacialidade da formação racial, que é caracterizada por uma sobreposição constitutiva entre a espacialidade simbólica, as geografias racializadas da branquitude e do privilégio, e a materialidade geográfica do mundo. Portanto, este é apenas um exemplo onde vemos os efeitos contínuos das estruturas coloniais. E, claro, existem muitos outros desafios em torno do digital, em que podemos ver a violência da colonialidade. Portanto, há desafios no estudo do digital por meio de lentes decoloniais. Não é sempre fácil. Às vezes há reações hostis até mesmo de dentro da nossa própria comunidade acadêmica. E isso se dá porque estamos mesmo questionando esse senso comum generalizado de que o digital ou é muito inocente, emancipatório ou até mesmo crítico. O digital é visto como um fenômeno muito

contemporâneo, que nada tem a ver com a história da colonialidade. Ouvimos todas estas objeções, e por isso devemos estar preparadas para responder de forma produtiva e também pensar sobre a colonialidade como um conceito analítico crítico em relação às redes digitais.

CP: O seu trabalho tem sido fundamental para compreender os processos recentes de desinformação, violência e o que comumente chamamos de discurso de ódio. Você então propôs a noção de discurso extremo como posição epistemológica e metodológica. Você poderia, em linhas gerais e para leitores/as ainda não familiarizado/as/es com seu trabalho, falar um pouco sobre a ideia de discurso extremo?

SU: Uma das minhas principais motivações para desenvolver esta teoria sobre o discurso extremo foi por conta da limitação das ideias em torno do discurso de ódio. O discurso de ódio, como você destacou, Carol, é a perspectiva mais comumente utilizada quando se trata de rotular e analisar conteúdo problemático online ou mesmo offline. É claro que definitivamente seja útil em muitos contextos, como valor regulatório, portanto, ninguém está negando a utilização e a relevância do discurso de ódio como conceito regulatório. Mas existem muitos problemas com esse conceito. Como mecanismo de poder, o conteúdo do discurso de ódio está ligado ao Estado e às suas economias políticas de violência. E isto nos ajuda a reconhecer que o discurso de ódio é muitas vezes instrumentalizado pelo poder estatal para reprimir a dissidência. Então, sempre que há dissidência, eles dizem: “ei, isso é discurso de ódio. Você tem que ser penalizado por isso”. O conceito de discurso de ódio tem sido mal utilizado pelo poder estatal para reprimir a dissidência. Esse é um dos perigos. Historicamente, o discurso de ódio emergiu de projetos de civilidade que coincidiram com, e também parcialmente constituíram, a monopolização da violência pelo Estado. E aqui me inspiro no trabalho sobre civilidade, incivilidade e civilidade de Sharika Thirangama e de outros colegas. Se olharmos para as condições históricas sob as quais a incivilidade foi articulada e também produzida como valor regulatório, notamos que a pressão para se falar uma linguagem cortês tem sido um ato de dominação. Assim, quando há injunções morais ligadas a afirmações de privilégio, a civilidade é, portanto, e estou citando Lisa Mitchell, “um efeito do reconhecimento político e possibilita uma resposta das estruturas de autoridade”. O que significa que quando alguém fala de forma incivil ou quando consideramos sua fala extrema, precisamos entender que essa linguagem também está ligada a formas de reconhecimento e a uma possibilidade de resposta às demandas, formas de se expressar que estão disponíveis para grupos diversos. Na nossa pesquisa, queríamos trazer essa contextualização e dar atenção ao potencial subversivo do discurso extremo. Maneiras extremas de responder ou enfrentar estruturas de poder são aspectos que precisamos levar a sério. Em oposição a esta perspectiva normativa universalizante, que seria o discurso de ódio, o conceito de discurso extremo procura dar conta da variação, do significado e do contexto. Isso é fundamental para nossa análise. Metodologicamente, o que estamos tentando fazer é combinar a sensibilidade etnográfica com a consciência histórica. Sem isso, não podemos compreender a natureza e as consequências do discurso extremo. Portanto, o primeiro ponto, como você bem entendeu, é sobre como todas as formas de discurso extremo não podem ser consideradas problemáticas, porque depende de quem está falando e o contexto da sua fala. O segundo ponto é metodológico: se quisermos compreender o discurso extremo, precisamos combinar a contextualização aproximada com a contextualização profunda. E o que queremos dizer com isso? Uma contextualização próxima significa que prestemos atenção ao que as pessoas fazem

com os meios de comunicação, às diversas práticas midiáticas. Por que as pessoas dizem coisas online que não diriam offline? Estas são as culturas midiáticas que estamos documentando e precisamos de sensibilidade etnográfica para compreender isso. E esta contextualização próxima deve ocorrer em paralelo com uma contextualização profunda, que por sua vez implica em dar conta do contexto histórico. Na resposta anterior, falei sobre a decolonialidade como o enquadramento crítico para trazer esses padrões históricos para o primeiro plano da nossa discussão em torno do digital. Quando adotamos esta leitura decolonial específica, percebemos que a troca vitriólica não é uma troca equitativa de profanidades, distribuída igualmente entre diferentes grupos ideológicos, mas é uma arena volátil onde histórias coloniais mais profundas de racialização, majoritarismo religioso, poder patriarcal e divisões étnicas incidem no presente, permitindo que as formas comunicativas digitais contemporâneas afetem grupos vulneráveis de formas muito particulares. Ignorar essa questão seria um exemplo de equiparação liberal, e resulta na lógica de que qualquer um que diga algo considerado imoral tenha que ser punido e responsabilizado pelo mesmo motivo. Ao mesmo tempo, precisamos estar cientes de histórias mais profundas que afetam grupos vulneráveis de formas muito específicas. Então, estamos olhando para todas essas possibilidades de análise a partir da perspectiva do discurso extremo.

CP: Em muitos dos seus textos você se concentra no contexto indiano, seu país de origem. Me parece que estudiosos/as/es do Brasil, da Índia e do México assumiram as discussões sobre o digital no Sul Global. Embora os contextos sejam diferentes em cada país, você vê semelhanças? E como eles diferem?

SU: Definitivamente, os contextos são bastante diferentes. Acho que os/as antropólogos/as estão muito bem posicionados/as para escavar os pequenos detalhes da variação contextual e das culturas de discurso situadas, porque somos muito hábeis em fazer isso. No caso do discurso extremo online, o religioso, por exemplo, descobrimos que existem grupos diferentes que são alvos primários. Na Índia, os grupos religiosos minoritários são o alvo principal. A misoginia é muito marcante no Brasil e os discursos anti-imigrantes estão se expandindo na Europa. Na China, o nacionalismo online está ligado ao nacionalismo cultural praticado pelo Estado. No Chile, os próprios perpetradores do discurso anti-imigrante são marginalizados dentro do Estado-nação. Mas na Dinamarca, o discurso da direita é financiado por doações gigantescas de milionários. Portanto, há fatores muito diferentes aqui, certo? Existem diferentes atores, diferentes tipos de estruturas em jogo. E, claro, existem diferenças nas estruturas dos partidos políticos, nos sistemas econômicos e nos sistemas de mídia. Há muitos bons modelos comparativos com os quais podemos trabalhar. Um exemplo clássico é o trabalho de Daniel Hallin e Paolo Mancini que olha para diversos sistemas de mídia ao redor do mundo. Eles fornecem um modelo e é muito interessante. Existem diferenças muito grandes entre estes sistemas de mídia, definitivamente, mas o que chama a atenção, Carol, é a existência de semelhanças cruciais, o que intitulo de conexões. No livro “Digital Hate”, coeditado com Ignio Gagliardone e Peter Herwig, chamamos essas conexões de conjuntura global do discurso extremo. Há algo que está acontecendo em nível global. Existem repertórios partilhados, existem práticas partilhadas. Às vezes, os vocabulários são exatamente os mesmos. Um apoiador do Trump fala a mesma coisa que um apoiador do Bolsonaro ou alguém na Índia. Entendemos que existem diferenças, mas penso que esta conjuntura global particular também está sendo moldada pelo nacionalismo de direita, pelo majoritarismo religioso e pelo extrativismo capitalista

do século XXI. Todos estes são fatores abrangentes que precipitaram esta turbulência específica. Outra coisa que pode ter influenciado esta conjuntura global, é a influência transversal dos meios digitais. Não estou dizendo que este não seja um argumento tecnocêntrico. A tecnologia digital está atuando de forma específica e não genérica, como rede unificadora que torna possível esta conjuntura digital global. Acredito que a conjuntura global de políticas de exclusão digitalmente habilitadas tem a ver, antes de mais nada, com novos estilos e recursos para se comunicar o indizível. No livro “Digital Hate”, chamamos essa abordagem de “bater no peito”¹. Isso é algo que os estudiosos também consideram um estilo populista. A conjuntura global do discurso digital extremo é caracterizada por contestações complexas em contextos políticos locais. Um bom exemplo é o crescimento dos influenciadores digitais em diferentes países. Os guerreiros digitais de Bolsonaro foram muito bem estudados no caso brasileiro, assim como os guerreiros digitais na Turquia pelo antropólogo Erkan Saka, ou tendências semelhantes documentadas por Herman Wasserman e outros colegas na África do Sul. Jonathan Corpus Ong estudou os trabalhadores da desinformação das Filipinas. Como se observa tudo isso em escala global, é também um padrão global. Finalmente, a colonialidade é uma estrutura global de poder que consolida estes contextos que de outra forma seriam diversos. E, por isso, os alvos do discurso excludente vêm marcados por preconceitos racializados, histórias religiosas e injustiças do passado. Então, existem diferenças, mas também há padrões abrangentes. Ambas são verdadeiras.

CP: Sahana, ainda pensando no Sul Global, quais são os desafios para nós, pesquisadoras originalmente dos países do Sul e também realizando investigação no Sul, num contexto em que as discussões são dominadas pelo Norte Global? Podemos dizer, como sugerem alguns autores, que precisamos de uma tropicalização dos nossos conceitos?

SU: Esta é uma questão muito importante. Acho que em algumas disciplinas existe uma consciência sobre a violência epistêmica e a necessidade de colocar em primeiro plano diferentes abordagens epistêmicas e diferentes experiências vividas naquilo que consideramos como conhecimento acadêmico. No entanto, não há dúvida, como você bem salienta, de que a maior parte destas discussões sobre as mídias digitais, especialmente, que é o nosso campo de investigação, ainda são dominadas por preocupações ocidentais. Os pânicos morais em relação aos líderes populistas, ou pânicos morais em relação à inteligência artificial hoje, como algo que ameaça a autonomia humana, e assim por diante. Tudo isto é moldado pelas experiências específicas de crescimento tecnológico e desenvolvimento político no Ocidente e também pelas epistemologias e preocupações filosóficas enraizadas no pensamento liberal moderno. Mesmo se você olhar para estudos críticos, por exemplo, sobre moderação de conteúdo, a maioria dessas discussões ainda é centrada nos Estados Unidos. Como fazemos para realmente quebrar e superar isso? Eu diria que as colaborações Sul-Sul, e também as colaborações Sul-Norte, estão muito interessadas em desafiar este paradigma. Mas a colaboração deve ser feita numa base equitativa. Portanto, não se trata apenas de ter alguns representantes do Sul Global e colocá-los no mapa. Esse não seria um exemplo de pesquisa responsável. Como você define as prioridades de sua pesquisa? Quais são os termos do seu engajamento? Essas perguntas devem fazer parte de como pensamos sobre essas colaborações. E acredito que os acadêmicos do Sul Global

¹ Sahana utiliza a expressão “chest thumping and bare knuckles approach to speech”, uma alegoria aos gorilas de sexo masculino que demonstram seu poder através do ato de bater no peito com as mãos.

também deveriam se envolver ativamente com as teorias emergentes do Sul Global. Digo isso porque às vezes leio trabalhos nos quais os estudos sobre o Norte Global são citados, porque é apenas citando essa literatura que o texto se torna teórico. Há teoria no artigo se você cita um estudioso do Norte Global, e não um estudioso do Sul Global. As vezes esse estudo do Norte Global é acrescentado ao seu trabalho mesmo quando não há nenhuma conexão real entre as realidades que você está estudando e o chamado modelo teórico que você está pegando emprestado. Digo que isso irá causar muitos problemas para nós, enquanto acadêmicos. Portanto, os acadêmicos que estudam o Sul Global devem se utilizar de conceitos teóricos e do pensamento conceitual no Sul Global, e temos de levar isso muito a sério. Também temos que praticar ativamente o que é chamado de desobediência epistêmica. Esse é um dos pontos-chave que defendo. O segundo é que temos que ficar próximos do que observamos. Temos que utilizar a pesquisa empírica como base para a construção de teoria. Como você sabe, estou em uma situação estranha. Cresci no Sul global, mas hoje sou professora no Norte Global. Mas tentei aproveitar esta oportunidade por conta de outra questão importante, que é o financiamento das pesquisas. No Norte Global, existem oportunidades de financiamento de pesquisa e sempre tentei aproveitar estas oportunidades de financiamento no Norte Global para forjar colaborações que sejam significativas e responsáveis. Tentei fazer parcerias com uma acadêmica que está aqui no Norte Global e que tem experiências profundas por ter crescido no Sul Global. As colaborações podem ser uma forma de resolver o problema do financiamento de pesquisa e, provavelmente, de aproveitar estas oportunidades globais de financiamento, forjando diferentes tipos de colaborações.

CP: A discussão sobre o digital na antropologia tem uma história muito interessante, mas demorou muito tempo para ser um campo reconhecido e legitimado. Como você vê a antropologia diante dos desafios colocados pelas diversas tecnologias e as relações que engendra?

SU: Sim, acho que as tecnologias digitais são tão ubíquas hoje que elas estão em todo lugar. É muito difícil pensar na antropologia sem envolver o digital de uma forma ou de outra. Não apenas na antropologia, talvez em qualquer disciplina deveríamos lidar com o digital de alguma forma. Mas, dentro da antropologia, vemos que houve estudos iniciais sobre a Internet, que também emergem de uma tradição muito mais longa da antropologia da mídia. Ainda existe um subcampo muito próspero chamado antropologia digital, que tenta compreender diversos fenômenos em relação às mediações digitais. Portanto, existem estudiosos/as olhando para a datificação e a governança. Há estudiosos/as que olham para a temporalidade e a reconfiguração espacial da comunicação. E há estudiosos/as que analisam as transformações na economia e no trabalho devido às redes digitais. Então, existem muitas maneiras diferentes pelas quais podemos entender o digital. E este será um problema e uma questão muito mais abrangente que todos nós, como antropólogos/as, vamos ter que enfrentar. Hoje também existe a necessidade de se olhar para a inteligência artificial. Assim, todas estas tecnologias mais recentes e as formações tecnológicas, à medida que penetram nos mundos vividos pelas pessoas em todo o mundo, serão uma preocupação fundamental para nós, antropólogas. Mas o que isso faz para a prática antropológica? Acho que esta é também a pergunta que você está fazendo. Uma das principais rupturas com a prática antropológica é a forma como o digital perturbou os limites do campo de pesquisa. Nós antropólogas conseguimos diferenciar entre casa e campo? Um senso comum na

antropologia é de que, a menos que você viaje para o campo, você não estará realizando seu trabalho de campo etnográfico. Penso que os antropólogos Akil Gupta e James Ferguson fornecem uma forma maravilhosa de pensar sobre este problema da casa/campo. Não consigo repetir aqui o argumento fascinante e muito, muito sofisticado deles, mas um ponto que quero destacar é que durante muito tempo pensamos que, como antropólogas, vamos a campo, registramos o que vemos e o que ouvimos, voltamos para casa e analisamos tudo isso. Era assim que costumava ser. Mas acho que hoje com as redes digitais você nunca sabe quando vai sair do campo, né? Quando você está estudando redes digitais, você está constantemente fazendo trabalho de campo. O campo também responde constantemente, e isso é muito importante, pois significa que os/as nossos/as interlocutores/as e participantes da investigação estão nos buscando também. Às vezes, eles/as nos seguem no X e em outras plataformas de mídia social. Às vezes eles/as nos conectam no WhatsApp etc. Então eles estão conversando conosco e respondendo às nossas pesquisas, o que é muito importante, pois isto nos permite seguir disponíveis, e requer que continuemos respondendo, justificando e esclarecendo o que estamos fazendo. Por outro lado, quando se trata de estudar temas muito difíceis, como o discurso online da direita, esta mesma ligação digital pode representar um risco por conta do fenômeno da *trollagem* de acadêmicos, algo bastante comum hoje em dia. Esse é um terreno hostil da *trollagem* acadêmica que os/as pesquisadores/as têm que enfrentar, especialmente os/as antropólogos/as. Esse fenômeno faz com que os mundos digitais se tornem mais difíceis de serem estudados pelos/as pesquisadores/as. Além dos problemas relacionados ao regime de dados opacos e as formas crescentes de vigilância e desinformação organizada. Tudo isto torna muito difícil para os/as antropólogos/as realizarem um trabalho de campo etnográfico significativo. Provavelmente é possível fazer uma pequena etnografia virtual, mas, na realidade, o tipo de trabalho etnográfico clássico que costumávamos fazer é mais difícil de se executar quando se tenta estudar grupos de direita. Ou mesmo quando se realiza campo etnográfico com as *big tech*: como você estuda as *big tech*? Sabemos que elas são muito proeminentes, com grandes investimentos financeiros e científicos. Até mesmo o desenvolvimento atual da IA será dominado pelas *big tech*, porque elas têm o dinheiro e essa é uma tecnologia que consome muitos recursos. Em 2023, de acordo com o AI Now Institute, a Amazon investiu US\$35 bilhões em data centers apenas no estado da Virgínia (EUA). Estamos falando de um estado nos EUA e apenas uma empresa que investiu US\$ 35 bilhões em *data centers*. Compare esses números com as promessas de investimento público na pesquisa e desenvolvimento de AI: no Reino Unido o governo prometeu investir 900 milhões de libras, na União Europeia 3 bilhões de euros, e no estado de Nova Iorque 400 milhões de dólares. Esses dados vêm do AI Now Institute. Você vê uma grande discrepância. Estou dizendo isso porque o setor corporativo definirá o crescimento dessas tecnologias. E como você faz trabalho de campo etnográfico lá? Como se consegue permissão para realizar essa pesquisa? Esses são alguns dos principais desafios que os/as antropólogos/as vão enfrentar. Temos que desenvolver formas de abordar o que é chamado de obstrução corporativa. Quando eles não cooperam, o que fazemos? Quando não obtemos dados, o que fazemos? A gente precisa pensar constantemente nessas diferentes dificuldades, documentar essas dificuldades. Como se documenta as dificuldades de estudar o digital? Isso também se torna uma metodologia em si. Outros métodos diferentes também estão sendo usados hoje para se executar pesquisa com *big techs*. Auditorias dos algoritmos, por exemplo, mas também pesquisas realizadas em

parceria com a economia política, e a perspectiva decolonial. Portanto, temos que reinventar constantemente as nossas questões antropológicas de forma que possamos analisar o digital.

CP: A gente se conheceu em um evento que teve como objetivo discutir desinformação e WhatsApp. Como vimos e discutimos naquela ocasião, o WhatsApp ocupa um lugar central nesse processo, com o desafio extra de ser uma plataforma baseada em criptografia. Pensando no futuro, como você vê esse processo de plataformização do WhatsApp e a disseminação de conteúdos de discurso extremo?

SU: Acho que essas plataformas de mensagens criptografadas, como o WhatsApp, são extremamente populares e um ponto crítico, assim como muito diferente das plataformas de mídia social quase públicas, como o Facebook ou o X. Ao contrário destas plataformas de redes sociais quase públicas, serviços de mensagens como o WhatsApp podem ser muito intrusivos e ao mesmo tempo muito íntimos. Existe um fluxo subterrâneo de rumores e de medo que se injeta em uma nova velocidade. Às vezes essas trocas no WhatsApp também podem se traduzir em episódios muito difíceis no presencial. Precisamos levar essa questão em conta, porque a violência física direcionada, os linchamentos e outros episódios no Sul Global estão ligados à disseminação de rumores no WhatsApp. Em um novo livro, editado com Herman Wasserman, no qual estamos trabalhando agora, e no qual, Carol, você tem um capítulo fantástico, mostramos que as mensagens criptografadas apresentam desafios muito distintos dentro do ecossistema do discurso extremo, e também apresenta muitos desafios diferentes para nós, como comunidades de pesquisadores/as, porque o acesso aos dados é muito difícil. Você não consegue obter os dados necessários para grandes análises significativas porque vai violar muitas normas de privacidade se fizer isso. Assim, a etnografia se torna uma metodologia muito importante para compreender o WhatsApp, não apenas como metodologia para obter acesso aos dados, mas também para observar como as redes íntimas são mobilizadas no WhatsApp para espalhar desinformação e discurso extremo. No Brasil ficamos sabendo que existem influenciadores hiperlocais que canalizam propaganda partidária em grupos de WhatsApp. Estas são redes comunitárias confiáveis e muito próximas. Essa é uma questão muito importante de se estudar, além do fato de que muitos reguladores e políticos têm debatido constantemente esta problemática. Neste livro, esperamos reunir estudos excelentes para compreender o que está acontecendo a nível de um fenômeno global em termos de formação de ecossistemas de discurso extremo.

CP: Em uma palestra recente que você realizou no Brasil, em 2023, você se concentrou na discussão sobre inteligência artificial. O título da sua palestra levantou uma questão provocativa: a IA pode ajudar a combater o ódio? Você pode comentar mais sobre isso e falar um pouco sobre o projeto AI4Dignity?

SU: Há muito entusiasmo em relação à inteligência artificial como uma ferramenta que pode ajudar a detectar e até mesmo eliminar conteúdos problemáticos, e se espera que esta aplicação da IA traga escalabilidade. A questão do monitoramento das informações é um grande problema para as empresas, e a IA as ajudaria a reduzir custos porque não é necessário contratar muitos moderadores humanos. Também se espera que diminua a discricção humana e o trabalho emocional na remoção de conteúdo questionável. É por isso que há tanto entusiasmo em torno da moderação de conteúdo assistida por IA. No projeto “IA para dignidade” queríamos ver se

isso funciona e quais são os problemas com os sistemas de moderação de conteúdo assistida por IA. Desenvolvi este projeto como um projeto de intervenção social, junto com o Conselho Europeu de Pesquisa, e visava comprovar um conceito. Por isso, reuni *fact checkers* independentes, etnógrafos e desenvolvedores de IA para coletar e classificar discurso extremo. Neste projeto tivemos muita sorte de contar com a participação de *fact checkers* da Índia, Quênia, Alemanha e Brasil. O que fizemos foi solicitar que registrassem casos nas redes sociais de discurso extremo e também identificassem os grupos-alvo. Todo este processo de reunir investigadores de PNL², etnógrafos e *fact checkers* sob o mesmo guarda-chuva nos mostrou o quão difícil e cansativo é o processo de classificação do discurso, porque não há consenso sobre o que é discurso problemático e o que é discurso não problemático. Como defino as diferentes categorias para discurso problemático? Como posso identificar os grupos-alvo destes discursos? Este desafio de rotular o discurso controverso parecia enorme, pois envolve compreender desde a sutileza da linguagem até definir as premissas fundamentais do que constitui a unidade de análise, ou até mesmo determinar o quadro normativo que delimita o discurso extremo online. Essa dificuldade no processo de coleta e classificação de dados é algo que destacamos neste projeto AI4Dignity. Só para dar um exemplo, há muita inovação, se é que podemos usar essa palavra, em torno do discurso de ódio hoje. Expressões de ódio hoje no Brasil incluem: CPF cancelado, artigo 142³. São expressões indiretas. São expressões culturalmente codificadas. Torna-se muito difícil para os sistemas assistidos por IA detectar essas mensagens como problemáticas, porque não há nada problemático em um sentido direto, a menos que você entenda o contexto de seu uso. E é precisamente por isso que sabemos que os produtores do discurso de ódio estão constantemente inovando na linguagem, porque querem escapar dos filtros de IA e, portanto, do conteúdo assistido por IA. Os sistemas de moderação enfrentam muitos desafios. Nem por isso deixam de serem úteis, especialmente para localizar manipulações na rede quando há uma campanha coordenada para disseminar determinados conteúdos. Estas são manipulações de rede e os sistemas assistidos por IA podem detectar essas manipulações. Às vezes, as empresas chamam essas manipulações de condução online, e não apenas conteúdo online. Na detecção de *bots* políticos, os sistemas de IA ajudam muito. Há experimentações com *bots* políticos que podem ser usados para gerar mensagens contrárias e positivas, usando modelos generativos. Mas usar grandes modelos de linguagem e grandes modelos multimodais para detectar conteúdo problemático no nosso caso não será simples. Era isso que queríamos comprovar neste projeto e, por isso, promovemos a importância das perspectivas centradas nas pessoas. Acho que isso é fundamental para as comunidades, deve-se incluir as suas perspectivas e as suas contribuições na construção de um conjunto de dados que sejam inclusivos e sensíveis ao contexto e que será utilizado no treinamento da IA. Portanto, propusemos uma perspectiva de escalonamento ético que dá primazia ao processo de moderação como uma prática política, e também para criticar a fome por dados corporativa. Estamos tentando fazer as duas coisas com uma perspectiva de escalonamento ético. Esse foi o projeto de IA pela dignidade. Estamos

² Processamento de Linguagem Natural, área da inteligência artificial que permite que as máquinas entendam e processem as diferentes línguas.

³ Mensagens que utilizam de códigos para cifrar discursos de ódio, e que passam a ganhar significados específicos dentro de contextos e grupos específicos.

entusiasmados para apresentar algumas críticas, algumas descobertas empíricas sobre as dificuldades da moderação de conteúdo assistida por IA.

CP: Finalmente, vivemos em tempos cada vez mais sombrios, em que a tecnologia tem ocupado o centro das atenções. Por exemplo, você deve estar acompanhando toda a polêmica envolvendo Elon Musk e o STF brasileiro. Acho que podemos concordar que todas queremos uma internet mais democrática e menos violenta. Você acredita que essa mudança é possível? A decolonialidade seria uma chave importante, não apenas para a análise, mas também como uma postura política e prática em relação à tecnologia?

SU: Essa é a esperança e essa é a missão. Como podemos incluir de forma significativa a potencialidade do digital para questionar estas estruturas arraigadas da colonialidade e para construir algo diferente, para imaginar uma outra possibilidade⁴? Há, é claro, esforços fantásticos em todo o mundo. O cinema indígena é um bom exemplo. Os movimentos baseados no gênero, como o movimento #metoo, são outro exemplo. Mas acho que cada movimento progressista enfrenta hoje uma tremenda repressão e um *backlash*, desde a abolição do direito ao aborto, aos ataques contra a teoria do gênero, ao assédio de acadêmicos e artistas críticos e, na verdade, as misérias da guerra e da migração forçada a que assistimos hoje. Tudo, é claro, enquanto os esforços corporativos incansáveis tentam nos capturar como dados. Acho que a decolonialidade como sensibilidade crítica pode nos ajudar a ver o alcance planetário desta questão, que este é um fenômeno global. Ajuda a compreender o âmbito global deste problema e entender como estruturas distintas de poder – mercado, Estado-nação, raça e gênero – estão intrinsecamente interligadas. E também, claro, nos ajuda a pensar nas solidariedades globais que podem se desenvolver a partir da granularidade de cada luta material. Provavelmente a decolonialidade é um conceito crítico como abordagem metodológica e também como ética. A práxis nos ajuda a escavar o digital, a compreender o digital e a utilizar a potencialidade do digital para algo diferente, para algo melhor.

Agradecimentos

Agradeço o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio da modalidade Jovem Pesquisador (processos n. 2021/06857-7 e 2022/13233-2), que tornou possível a realização desta entrevista. Agradeço também à Juliana Valente pela gentil revisão da tradução.

Referências Bibliográficas

- UDUPA, Sahana., DATTATREYAN, Ethiraj Gabriel. 2023. *Digital Unsettling. Decoloniality and dispossession on the age of social media*. New York: NYU Press.
- UDUPA, Sahana. GAGLIARDONE, Ignio, HERVIK, Peter. 2021. *Digital Hate. The global conjuncture of extreme speech*. Bloomington: Indiana University Press.

⁴ A expressão “imagine an otherwise” implica em imaginar algo que não foi concebido ainda, que vai além do que existe, um “senão” ou “outro modo”.

UDUPA, Sahana. Extreme speech. 2023. In: STRIPEL, Christian et al (ed). *Challenges and perspectives of hate speech research*. Digital Communication Research, 12. Berlin. <https://doi.org/10.48541/dcr.v12.14>.